

**TEORIA, DEPENDÊNCIA E UMA PRÁXIS LATINO-AMERICANA: A ATUALIDADE DO  
PENSAMENTO DE RUY MAURO MARINI À CRÍTICA DA GLOBALIZAÇÃO  
CAPITALISTA**

**TEORÍA, DEPENDENCIA Y UNA PRAXIS LATINOAMERICANA: LA ACTUALIDAD DEL  
PENSAMIENTO DE RUY MAURO MARINI A LA CRÍTICA DE LA GLOBALIZACIÓN  
CAPITALISTA**

**THEORY, DEPENDENCY AND A LATIN AMERICAN PRAXIS: THE CONTEMPORARY  
RELEVANCE OF RUY MAURO MARINI CRITICAL THOUGHTS ON THE CAPITALIST  
GLOBALIZATION**

DOI: <http://doi.org/10.9771/gmed.v14i1.48140>

Willian Lepinski<sup>1</sup>

Iuri Michelan Barcat<sup>2</sup>

Mário Lopes Amorim<sup>3</sup>

Geraldo Augusto Pinto<sup>4</sup>

**Resumo:** Este artigo se propõe a recuperar os fundamentos e o desenvolvimento da teoria marxista da dependência, em especial a partir do pensamento de Ruy Mauro Marini, tendo em vista a discussão a respeito das circunstâncias atuais do desenvolvimento capitalista em escala mundial e da posição da América Latina, particularmente do Brasil, no seu interior. Queremos mostrar como as indicações de Marini em seu último texto, *Proceso y tendencias de la globalización capitalista*, estão organicamente articuladas com o todo de sua produção teórica – e não em contradição com ela – e jogam luz sobre a nossa situação atual, relacionando essas indicações com análises teóricas e empíricas mais recentes a respeito da economia capitalista mundial.

**Palavras-chave:** Teoria Marxista da Dependência. Ruy Mauro Marini. Globalização. América Latina. Dependência.

**Resumen:** Este artículo tiene como objetivo recuperar los fundamentos y desarrollo de la teoría marxista de la dependencia, especialmente desde el pensamiento de Ruy Mauro Marini y la discusión sobre las circunstancias actuales del desarrollo capitalista a escala mundial y la posición de América Latina, particularmente desde Brasil, en su interior. Queremos mostrar cómo las indicaciones de Marini en su último texto, *Proceso y tendencias de la globalización capitalista*, se articulan orgánicamente con el conjunto de su producción teórica – y no en contradicción con ella – y arrojan luz sobre nuestra situación actual, relacionando estas indicaciones con análisis teóricos y empíricos más recientes de la economía mundial capitalista.

**Palabras clave:** Teoría Marxista de la Dependencia. Ruy Mauro Marini. Globalización. América Latina. Dependencia.

**Abstract:** This article aims to recover the fundamentals and the development of the Marxist dependency theory, especially the Thought of Ruy Mauro Marini, given the discussion on the current circumstances of capitalist development on a global scale and the position of Latin America, mainly Brazil, in its interior. We want to show how the indications of Marini in his last text, *Proceso y tendencias de la globalización capitalista*, are organically articulated with the totality of his theoretical production – not in contradiction with it – and shed light on our current situation, relating these indications with more recent theoretical and empirical analysis concerning the global capitalist economy.

**Keywords:** Marxist Theory of Dependency. Ruy Mauro Marini. Globalization. Latin America. Dependency.

### **Introdução**

Toda forma de sociedade tem como base a sua forma particular de organização do trabalho social, que se constitui a partir das condições objetivas nas quais os seres humanos se encontram. O modo de produção capitalista, ao mesmo tempo em que caminha para a constituição de uma produção efetivamente global, somente o faz na medida em que produz as contradições sociais que decorrem de sua orientação restrita ao lucro, a partir da turbulenta competição empresarial típica deste. Em 1997, o economista Ruy Mauro Marini se aventuraria nessa temática pela última vez em vida com o texto: *Proceso y tendencias de la globalización capitalista* (MARINI, 2008). O artigo em questão antecipava os efeitos da mundialização do mercado capitalista, que ficariam conhecidas como globalização neoliberal. Contudo, a receptividade de sua última publicação em vida suscitou discussões a respeito de uma possível generalização da superexploração do trabalho<sup>5</sup>.

Ruy Mauro Marini, que se notabilizaria na América Latina como um dos maiores expoentes da Teoria Marxista da Dependência (TMD), historicamente elencava a superexploração do trabalho na periferia do capitalismo como um dos fatores responsáveis pela discrepância social e econômica entre as nações centrais e as periféricas. Todavia, no artigo publicado na década de 1990, o economista constata a superexploração do trabalho como um fenômeno que se generalizou ao longo desse processo da globalização capitalista. A repercussão dessa polêmica tomou proporções que ocultaram diversas contribuições da análise de Marini.

Longe de querermos finalizar esse debate, o presente artigo tem como objetivo acompanhar esse e outros desdobramentos teóricos em *Proceso y tendencias de la globalización capitalista* (1997) que foram pouco aprofundados (quando não completamente ignorados), e assim demonstrar a sua atualidade e pertinência à situação política e econômica da América Latina. Metodologicamente estamos situados no materialismo histórico, a partir de Marx e da discussão a respeito do imperialismo desde Lenin. Logo, o artigo está dividido em três partes: (a) A reprodução capitalista e a crítica marxiana à economia política; (b) O capitalismo e seu desenvolvimento: imperialismo e dependência; (c) A globalização do capital e seus reflexos políticos na América Latina. Na primeira seção do artigo abordamos as determinações mais gerais do modo de produção capitalista que foram elaboradas por Marx (1978 [1863-1866]; 2013 [1867]; 2017 [1894]). Aqui, serão recapituladas as categorias mais essenciais ao entendimento da reprodução social do capitalismo, assim como as suas repercussões para a classe trabalhadora. Destacamos assim o papel da lei da tendência à queda da taxa de lucro, que é fundamental não somente para a compreensão da teoria da dependência, mas também para a própria apreensão do fenômeno da globalização capitalista, abordada em Marini (2008). Após essa breve recapitulação, na segunda seção é analisada a indissociabilidade entre o desenvolvimento histórico e prático da teoria da dependência (BAMBIRRA 2013; DOS SANTOS 2000; 2020, MARINI, 2013; 2017) com a análise do imperialismo (LENIN 2012 [1917]). Na última seção tratamos dos aspectos aprofundados em Marini (2008) que denotam com precisão a situação econômica analisada em *Proceso y tendencias de la globalización capitalista*. Por fim assinalamos a drástica situação política em que a América Latina se encontra visto às recentes transformações sociais da globalização na divisão internacional do trabalho.

### *A reprodução capitalista e a crítica marxiana à economia política*

Ao penetrarmos na especificidade do modo de produção capitalista, cabe recuperar, com Marx, sua determinação essencial: o capital é produção e acumulação de valor, movimento este que se realiza como fim em si mesmo. Aqui, a propriedade privada domina ampla e decisivamente o trabalho, na mesma medida em que faz dele a pura essência econômica da riqueza social, o que se expressa no valor; o capital, enquanto relação social, toma o controle da totalidade do processo de produção e reprodução material e o subordina ao moto-contínuo da sua acumulação. A crescente diminuição relativa do trabalho vivo (força de trabalho) em face do trabalho morto (meios e objetos de trabalho postos em curso pelo capital), sendo uma dinâmica inerente à reprodução do capital, acaba, entretanto, por lhe deteriorar as próprias condições de renovação ao eliminar a fonte do valor: o trabalho humano. A expressão sintética dessa deterioração é a queda tendencial da taxa de lucro.

O capitalismo, como toda formação social estratificada em classes, constitui um sistema de exploração do trabalho de uma classe por outra (relação esta que repousa sobre a capacidade do ser humano de produzir mais do que necessita para a sua reprodução imediata). Entretanto, no capitalismo, a expropriação do trabalho não é, essencialmente, um meio para a apropriação de valores de uso dele resultantes. A exploração do trabalho torna-se a própria finalidade, uma vez que a produção capitalista é, em si e para si, produção de mais-valor<sup>6</sup>.

Essa subordinação da atividade social de produção à extração e acumulação de valor vem a alterar radicalmente o sentido do trabalho, da tecnologia e do desenvolvimento científico. As forças produtivas do trabalho são convertidas em forças produtivas do capital, e com isso se lhes direciona a ação tendo por objeto os ditames da dinâmica expansionista da valorização do valor<sup>7</sup>. Consequentemente, a ciência e a tecnologia tornam-se atividades cuja realização e resultado são invertidos: a produção de valores de uso torna-se meio de exploração e não de satisfação de necessidades, podendo estas até mesmo serem desassistidas propositalmente; a produção de maior consciência interpretativa da realidade torna-se meio de controle e alienação, ou se reduz a um mero pragmatismo de dominação. Essa contradição é evidente na indiferença com que o capital se relaciona com os distintos ramos e processos produtivos de valores de uso, pois, paradoxalmente, o agenciamento de técnicas elevadoras da produtividade do trabalho é um dos pilares da exploração, sobre as quais se sustenta<sup>8</sup>.

A produção capitalista tem como finalidade aumentar ao máximo essa diferença – entre o valor pago pela força de trabalho e o valor apropriado pelo capital –, o que pode ser realizado de duas formas, respectivamente denominadas, por Marx, de mais-valor absoluto e mais-valor relativo: a primeira, estendendo-se a jornada de trabalho sem equivalente; a segunda, reduzindo-se o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção dos meios de consumo da classe trabalhadora. Esta segunda forma é importante, pois Marx (1978 [1863-1866], p. 55) considera a sua predominância como um indicativo do advento do “[...] modo de produção especificamente capitalista”, no qual a produtividade do trabalho é perseguida visando diminuir os custos de reprodução da classe trabalhadora, para o que se emprega o

trabalho acumulado enquanto tecnologia – na forma de equipamentos, desenhos de organização de processos etc. – a serviço da exploração ainda maior da classe trabalhadora.

Um dos principais resultados, assim, é um enorme desenvolvimento das forças produtivas, que vem a se expressar como uma quantidade cada vez maior de meios e objetos de trabalho postos em movimento pelo capital, em relação à força de trabalho por ele empregada. O que resulta numa diminuição relativa da parte do capital variável (que põe em movimento a força de trabalho, fonte do mais-valor) em relação ao capital constante (que apenas tem seu valor conservado e transferido para o produto final), no total de capital adiantado a cada ciclo de produção, como mostra Marx (2013 [1867]) no primeiro volume d'*O Capital*.

O lucro é uma forma transmutada do mais-valor, pois ele não se refere imediatamente ao trabalho que lhe deu origem, mas ao capital adiantado, sendo a taxa de lucro a relação entre o mais-valor (o lucro) e esse valor-capital inicial, ao invés de sua relação com o trabalho vivo despendido na produção (taxa de mais-valor). Na medida em que, como resultado geral da acumulação de capital, a proporção entre capital objetivado em meios de produção aumenta frente ao capital adiantado em trabalho vivo, eleva-se o valor absoluto de capital adiantado, mas reduz-se, relativamente, a parcela deste capital que produz o mais-valor. Ou seja, como discute Marx no terceiro volume d'*O Capital*:

Com a queda progressiva do capital variável em relação ao capital constante, a produção capitalista gera uma composição orgânica cada vez mais alta do capital total, que tem como consequência imediata o fato de que a taxa do mais-valor, mantendo-se constante e inclusive aumentando o grau de exploração do trabalho, se expressa numa taxa geral de lucro sempre decrescente. [...] A tendência progressiva da taxa geral de lucro à queda é, portanto, apenas uma expressão, peculiar ao modo de produção capitalista, do desenvolvimento progressivo da força produtiva social de trabalho (MARX, 2017 [1894], p. 323-324).

Essa tendência não é absoluta porque outras causas incidem sobre esse movimento, dentre as quais o mercado mundial, o pagamento da força de trabalho abaixo de seu valor, a superpopulação relativa, o aumento da exploração do trabalho e o barateamento do capital constante (MARX, 2017 [1894], p. 350 et seq.). Vale comentar que a questão da dependência é, aqui, decisiva. Porém, não se tratam de elementos diferenciados que figuram formalmente um ao lado do outro, mas que se imbricam no interior da totalidade da reprodução do capital, condicionando-se mutuamente. Assim, por exemplo, o desenvolvimento progressivo da força produtiva social do trabalho atua como uma alavanca da acumulação material e de mais-valor na medida em que engendra mais-valor relativo pelo barateamento da força de trabalho, base da expansão mundial do modo de produção capitalista; mas, ao mesmo tempo, como tendência, vem a ser uma agravante da queda progressiva da taxa de lucro, atuando, pois, na dilapidação das bases sobre as quais o capital se reproduz (o que, vale dizer desde já, não implica em nenhum determinismo apriorístico a respeito de seu fim ou de sua superação histórica)<sup>9</sup>.

O que impele os capitais individuais a desenvolver as forças produtivas é a concorrência, pois essa disputa permite, em um primeiro momento, ao capital mais produtivo a realização de um lucro extraordinário (MARX, 2013 [1867]; 2017 [1894]). A lei da tendência à queda da taxa de lucro, contudo, impõe-se, dentre outras razões, porque o aumento da composição orgânica do capital tende a ser

progressivo, enquanto as causas contrariantes antes mencionadas têm determinações diversas e podem atuar em diferentes direções, além de se defrontarem com limitações objetivas como a extensão e a intensidade da jornada de trabalho<sup>10</sup>. Além disso, a própria exploração da força de trabalho encontra limites físicos que gradativamente impedem a sua intensificação, sem falar, é claro, da luta da classe operária contra a exploração<sup>11</sup>.

O desenvolvimento capitalista se dá, contudo, no interior de sua contraditória e complexa expansão mundial, que não é de modo algum homogênea. A teoria marxista da dependência se situa, dessa maneira, a partir das necessidades que correspondem às circunstâncias particulares da periferia nessa generalização do modo de produção capitalista a partir do que podemos chamar, desde Lenin (2012 [1917]), de imperialismo.

### ***O capitalismo e seu desenvolvimento: imperialismo e dependência***

Queremos situar, desde a teoria marxista da dependência, fundamentalmente a partir de Marini, o desenvolvimento histórico do capitalismo na América Latina, particularmente no Brasil, como momento do desenvolvimento da produção capitalista em escala mundial. Contudo, antes disso precisamos partir da análise do imperialismo, que é um fenômeno indissociável à questão. Lenin (2012 [1917]) examinou o imperialismo como um momento de universalização do modo de produção capitalista, no interior do qual tanto as economias centrais incorporam regiões periféricas, quanto nestas o capitalismo vem a adquirir – como é o caso da América Latina – um desenvolvimento particular<sup>12</sup>. Vejamos, primeiramente, as determinações fundamentais do imperialismo:

Se fosse necessário dar uma definição o mais breve possível do imperialismo, dever-se-ia dizer que o imperialismo é a fase monopolista do capitalismo. Essa definição compreenderia o principal, pois, por um lado, o capital financeiro é o capital bancário de alguns grandes bancos monopolistas fundido com o capital das associações monopolistas de industriais, e, por outro lado, a partilha do mundo é a transição da política colonial que se estende sem obstáculos às regiões ainda não apropriadas por nenhuma potência capitalista para a política colonial de posse monopolista dos territórios do globo já inteiramente repartido (LENIN, 2012 [1917], p.194).

Lenin redigia isso em meio à Grande Guerra de 1914-1918. Por “fase monopolista do capitalismo” ele indicava o advento de uma nova fase em que a livre concorrência sucumbia diante da emergência de gigantescos graus de concentração e centralização de capital. Com efeito, Lenin (2012 [1917]) também mostra os vínculos orgânicos e internos da classe dominante com o aparato de Estado, o que desvelava o caráter das relações políticas nacionais que se desenvolviam no interior desse movimento no qual as potências imperialistas se defrontavam umas com as outras na busca pela hegemonia internacional.

A concorrência não é eliminada pela centralização de capital, e o monopólio, de maneira geral, nunca se realiza plenamente. Mas, essa concentração e centralização inauditas de capital, que toma forma a partir do início do século XX, produz uma totalidade distinta daquilo que Lenin chamava de “livre concorrência” do capitalismo do século XIX. E que se expressa, por exemplo, em formas particulares da concorrência entre os monopólios, do que “[...] resulta um gigantesco progresso na socialização da

produção. Socializa-se também, em particular, o processo dos inventos e aperfeiçoamentos técnicos” (LENIN, 2012 [1917], p. 154). Depreende-se, pois, que o avanço do modo de produção capitalista é acompanhado de um desenvolvimento de relações cada vez mais socializadas de produção, mais universais, que, todavia, emergem sob a estrutura estranhada das relações capitalistas.

Sob a concorrência monopolista, os pequenos e médios capitais disputam menores fatias do lucro global, na medida em que os capitais monopólicos realizam lucros extraordinários. Interessa-nos aqui dois momentos fundamentais dessa questão. De um lado, reforçar que o desenvolvimento capitalista é, necessariamente, a sua expansão global e a dissolução tendencial de modos de vida pretéritos (forçada, e não sem resistência), e a criação de uma produção efetivamente global e social, ainda que dominada pela propriedade privada, o que constitui precisamente seu limite histórico. De outro lado, baseando-nos na visão de Lenin, nos cabe observar que as economias imperialistas são as que carregam consigo o universalismo das relações capitalistas de produção, mantendo o monopólio de tecnologias como parte de suas estratégias concorrenciais, bem como expandindo o domínio financeiro, com a exportação de capitais.

O domínio tecnológico é a articulação da concorrência aqui engendrada, na qual os capitais mais desenvolvidos se especializam em fases mais complexas da produção, como expressão capitalista do acirramento da divisão estranhada entre trabalho intelectual e manual, que também se expressa, portanto, mundialmente. As economias dependentes, por outro lado, conformam-se como economias essencialmente subordinadas a esse movimento imposto, primeiramente, de forma aparentemente exógena, ainda que constituindo, em tal processo, um dinamismo próprio e peculiar. Se em um primeiro momento a mundialização do capital pode se apresentar como choque entre distintas economias nacionais, esse desenvolvimento leva à formação de relações capitalistas endógenas em escala mundial. Com isso, não se perde a diferenciação política e econômica entre as nações, porém, alteram-se as condições no interior das quais se dão essas relações. Interessa-nos, agora, apreender esse movimento a partir da perspectiva das economias dependentes e sua constituição.

Marini aborda historicamente o desenvolvimento do modo de produção capitalista em escala global e a particularidade latino-americana, na medida em que indica o nexo interno inextricável entre a sua história colonial e o devir desse modo de produção. Assim, ele determina a dependência como um momento que emerge como superação dessas bases coloniais. A diferenciação entre o período colonial e aquele que diz respeito às relações de dependência é assim posta por Marini (2017, p. 327) em *Dialética da dependência*:

Em outros termos, é a partir de então que se configura a dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. A consequência da dependência não pode ser, portanto, nada mais do que maior dependência, e sua superação supõe necessariamente a supressão das relações de produção nela envolvida. Neste sentido, a conhecida fórmula de André Gunder Frank sobre o ‘desenvolvimento do subdesenvolvimento’ é impecável, como impecáveis são as conclusões políticas a que ela conduz.

Nesses termos, a dependência é situada nos marcos das relações entre as nações. Entretanto, Marini estabelece o conteúdo econômico essencial da dependência, que sintetizamos, a partir de seu texto,

da seguinte forma: o desenvolvimento capitalista das nações imperialistas se realizou (de maneira geral, pois cada nação teve uma história particular) sobre a base de uma potente acumulação interna de capital, com desenvolvimento progressivo dos ramos da produção (principalmente da produção de meios de produção cada vez mais desenvolvidos). Ao mesmo tempo, sustentava-se na instauração do sistema colonial que lhes supria a demanda de produtos primários baratos. Por outro lado, o desenvolvimento capitalista das economias dependentes se realizou de maneira subordinada a esse movimento. Em um primeiro momento, na relação de dominação direta e colonial; no segundo momento, já sob relações capitalistas mais desenvolvidas, mas figurando, essencialmente, como meras exportadoras de matérias-primas e alimentos e, em um terceiro momento, por meio da forma especificamente dependente do processo de industrialização.

De maneira ainda mais sintética, seria possível dizer o seguinte: por um lado, “a inserção da América Latina na economia capitalista responde às exigências da passagem para a produção de mais-valia relativa nos países industriais” (MARINI, 2017, p. 328); pelo outro, ele situa claramente o drama peculiar das economias dependentes: “o fato de que as condições criadas pela superexploração do trabalho na economia dependente tendem a obstaculizar seu trânsito desde a produção da mais-valia absoluta à mais-valia relativa, enquanto forma dominante nas relações entre capital e trabalho” (MARINI, 2017, p. 352).

As bases econômicas mais fundamentais da constituição política das nações são os meios de produção e a força de trabalho. No que se refere aos primeiros, o fundamento material sobre o qual se erige uma nação é o território, e o domínio sobre este. Um Estado-nação se sustenta, por outro lado, sobre um domínio político de uma classe sobre a força de trabalho da classe desprovida de propriedade naquele espaço territorial particular. Porém, é da natureza do capital e de seu movimento expansivo que ele não se restrinja à sua mera particularidade nacional.

As duas primeiras seções de *Subdesenvolvimento e revolução* (2013), de Mauro Marini, se chamam, respectivamente: “A Vinculação ao Mercado Mundial” e “A Integração Imperialista dos Sistemas de Produção”. Não é por acaso que a primeira seção de *Dialética da dependência*, do mesmo autor, (2017), uma obra um pouco posterior e mais madura, carrega consigo quase o mesmo nome da primeira parte anterior, “A Integração ao Mercado Mundial”, pois é impossível compreender o desenvolvimento capitalista no Brasil e na América Latina se não se tomar como ponto de partida o desenvolvimento capitalista mundial. Por mais que isso possa hoje parecer elementar, as razões dessa necessidade e, principalmente suas consequências, custaram a ser apreendidas<sup>13</sup>. De fato, essas conclusões variam de acordo com o edifício teórico sobre o qual se sustentam e, portanto, com as necessidades sociais às quais respondem; ademais, essas consequências precisam ser constantemente reexaminadas, de acordo com as transformações históricas que se realizarem. Portanto, capitalismo mundial é, para nós, ponto de partida e ponto de chegada, além de meio no qual o movimento do capitalismo brasileiro – e latino-americano – se desdobra.

O desenvolvimento capitalista, para além de suas determinações gerais, tão profundamente estudadas por Marx, realiza-se no terreno concreto da história mundial, e cria uma sociedade cada vez mais globalmente integrada – por meio da mundialização das relações sociais capitalistas de produção – de maneira desigual. Assim, por exemplo, difere-se inteiramente o processo da chamada acumulação primitiva na Inglaterra<sup>14</sup> impulsionado por um florescimento interior das relações capitalistas – o processo de

expropriação da massa camponesa e formação de uma massa de força de trabalho explorável pelo capital – do processo de constituição do capitalismo na América Latina, que “[...] surge como tal ao se incorporar no sistema capitalista em formação, isto é, no momento da expansão mercantilista europeia do século XVI” (MARINI, 2013, p. 47). Por outro lado, tais processos ocorrem de maneira articulada. Neste caso, é impossível compreender o processo de colonização da América Latina sem tomá-lo como expressão fenomênica do desenvolvimento capitalista e, portanto, compreendê-lo, em toda a sua heterogeneidade, como uma espécie de capitalismo colonial<sup>15</sup>.

Desse modo, nesse primeiro momento de surgimento do modo de produção capitalista, a vinculação ao mercado mundial se combina a uma dominação política direta, pois a colônia, estabelecida no século XVI, é imediatamente vinculada à metrópole e subordinada aos seus interesses. A função econômica dessas colônias era a de abastecer o mercado europeu com produtos primários baratos e ser um polo importante do tráfico de escravizados, que também alimentava a acumulação de capital. No interior desse movimento, contudo, gestaram-se forças que dissolveriam essa forma colonial, e a independência política formal, ocorrida no século XIX, seria expressão de um salto qualitativo nesse desenvolvimento. Tais forças podem ser sintetizadas em dois polos principais: de um lado, a constituição de classes sociais dominantes no interior das colônias – essencialmente as oligarquias latifundiárias –, cujos interesses progressivamente divergiam daqueles das classes metropolitanas; do outro, as pressões do desenvolvimento capitalista, fundamentalmente a partir da indústria inglesa, sobre os decadentes países Ibéricos, como mostra Bagu (1949). Trata-se de uma alteração qualitativa do desenvolvimento latino-americano em sentido político, com a independência em relação às metrópoles; em sentido econômico, pois as relações comerciais capitalistas que as antigas colônias estabeleceriam com as nações europeias, nesse primeiro momento especialmente a Inglaterra, diferenciavam-se da mera exploração colonial direta; e em sentido social, na medida em que esse processo tinha lastro também no surgimento de uma classe dominante latino-americana, oligárquica, com interesses próprios, mas ainda profundamente vinculada ao mercado mundial, para onde escoava a sua produção e de onde adquiria as mercadorias que consumia<sup>16</sup>. Entretanto, há também um elemento de continuidade essencial: trata-se, a todo o momento, de um desenvolvimento de conteúdo capitalista, no interior do qual a função da América Latina, nesse momento, ainda era a de produzir uma riqueza que era em larga medida acumulada no exterior. Assim, há uma transformação qualitativa com o fim do sistema colonial na América Latina, porém, essencialmente, são mantidas, sob outras formas, as relações de subordinação e dependência que determinarão o desenvolvimento latino-americano ulterior.

Sustentado na análise de Lenin (2012) sobre o Imperialismo, em seu texto de 1917, Marini (2013, p. 54), discute como esse processo “se coliga com o crescimento e diversificação do sistema periférico”, e aponta: “por certo, a crise do mercado imperialista, que estoura na segunda década do século XX, tem como mais importante consequência a inviabilização da forma antiga de vinculação que se impunha na América Latina – a forma primário-exportadora”<sup>17</sup>. A formação de uma incipiente classe capitalista industrial no bojo desse processo, como também uma preliminar acumulação de capital e criação das condições para o desenvolvimento propriamente capitalista – a saber, a criação de uma massa de força de trabalho explorável, inclusive excedente –, a crise mundial do capital e a crise do setor primário-exportador, como resultados



desse desenvolvimento, são as determinações fundamentais de mais uma alteração qualitativa na reprodução capitalista no continente, que dá origem a um processo de industrialização. Marini (2017) designará esse processo como especificamente dependente, pois realizado nessa imbricação com o capitalismo mundial e com as condições legadas pelo passado colonial, portanto inteiramente distintas do processo de industrialização realizado nos países imperialistas.

A principal característica que diferencia o processo de industrialização dos países de economia dependente, segundo Marini (2017), daqueles realizados pelas economias imperialistas, em termos gerais, é que enquanto estas se baseavam em uma acumulação de capital cujo eixo fundamental era o de geração da mais-valor relativo<sup>18</sup>, aqueles não podiam, por meio da industrialização, pelas condições nas quais esta se dava, transitar inteiramente para essa modalidade de acumulação de capital, mas se sustentavam na maior exploração física da força de trabalho, o que Marini chamava de “superexploração do trabalho”<sup>19</sup>. Em um primeiro momento, aquele da fase primário-exportadora, verificava-se no mercado mundial uma deterioração nos termos de troca entre as mercadorias exportadas pelas ex-colônias e as mercadorias industrializadas produzidas pelas economias imperialistas. Essa transferência de valor, como analisada pelo autor brasileiro, realizava-se fundamentalmente devido às diferenças de produtividade entre os capitais que se defrontavam no mercado exterior<sup>20</sup>, além de pressões concorrenciais que diminuía, por outros métodos, os preços das mercadorias agrícolas. Isso aparecia para as oligarquias latino-americanas como uma queda da taxa de lucro, dado o raquitismo produtivo da região e a sua incapacidade de desenvolvimento tecnológico, e devido à abundância de força de trabalho barata na região – durante longo período manteve-se, inclusive, mão de obra escravizada – a superexploração do trabalho<sup>21</sup> emergia como mecanismo de compensação. Trata-se, essencialmente, além dos meios tradicionais de geração da mais-valia absoluta, do pagamento da força de trabalho abaixo do seu valor, que poderia se manter principalmente devido à existência de um amplo exército industrial de reserva, produzido com atuação decisiva do Estado.

Realizando-se sobre essas bases, a industrialização latino-americana, e agora mais especialmente o caso brasileiro, não percorre as mesmas fases da industrialização imperialista, tampouco se realiza sob as mesmas condições de classe. Como mostram em pormenor Theotônio dos Santos (2000; 2020), em *Socialismo ou fascismo* e no seu *Balancos e perspectivas* sobre a teoria da dependência; Marini (2013), em *Subdesenvolvimento e revolução*; e Bambirra (2013), em *O capitalismo dependente latino-americano*, para não mencionar outros trabalhos, tanto seu movimento econômico quanto as relações entre as classes geradas na industrialização latino-americana eram bastante particulares. Essa industrialização se deu, em especial ao término da segunda guerra mundial, por um lado em íntima relação com o capital estrangeiro, e pelo outro também interligada com os latifúndios exportadores da região, em um movimento unitário. Gerando-se sobre uma base produtiva e comercial tipicamente dependente<sup>22</sup>, sob a necessidade da importação do capital estrangeiro – seja na forma portadora de juros, seja na forma diretamente produtiva, seja na forma da ciência e da tecnologia<sup>23</sup> – e dependente, dessa maneira, das divisas geradas pela exportação, a industrialização dependente não podia ser completa.

As duas principais determinações que aqui precisamos mencionar a esse respeito, a partir de Marini (2017), são: 1) o desenvolvimento técnico produtivo, permanecendo em larga medida sujeito à

importação do capital fixo desenvolvido no exterior, não se completava na economia dependente, estancando tanto a geração de um desenvolvimento industrial quanto a própria produtividade do trabalho de maneira geral; 2) O caráter técnico-produtivo particular da industrialização dependente era o de ser, de um lado, concentrado nos setores produtores de meios de consumo da classe capitalista e das classes médias, o que levava a um aumento da composição orgânica do capital e à queda da taxa nacional de lucro, na medida em que esses setores não contribuíam para a geração do mais-valor relativo, reproduzindo a necessidade da superexploração. Do outro lado, era justamente nesses setores mais dinâmicos que a inversão estrangeira de capital mais se concentrava, o que amplificava o caráter dependente da acumulação, a saber, sua combinação com a economia e o capital internacional.

Apesar de haver desenvolvimento técnico-produtivo nos setores produtores de meios de consumo da classe trabalhadora, ele não era suficiente, segundo a análise de Marini, para contrabalancear a queda da taxa de lucro na economia, ou seja, uma acumulação de capital baseada fundamentalmente em um eixo de acumulação sustentado sobre a extração da mais-valia relativa, e alimentava a tendência à maior exploração física dos trabalhadores como forma essencial de acumulação de capital na região, potencializada pelo fato dos trabalhadores não serem a principal classe social consumidora das mercadorias das indústrias mais dinâmicas aqui gestadas, produtoras de meios de consumo para elas menos acessíveis<sup>24</sup>. Essa limitação na formação do mercado interno, ao lado da posição intermediária de plataforma de produção e exportação de mercadorias no interior do circuito capitalista global, levava, segundo Marini (2013), à tendência de expansão para o exterior dessas economias mais desenvolvidas da região, processo que ele denominava, ao lado do papel político que desempenhavam na região, de subimperialismo<sup>25</sup>.

Do ponto de vista político, como analisou em detalhes Marini (2013), esse período ulterior à fase primário-exportadora, que no Brasil se intensifica a partir de 1930, produziu um Estado peculiar às intrincadas relações de classe geradas pelo movimento econômico. De um lado, a fração industrial dos capitalistas, ainda que de maneira conflituosa, precisava se aliar às oligarquias, o que levou a uma coalizão entre as duas classes, hegemônica, segundo a análise de Marini (2013), pelos industriais a partir de 1930<sup>26</sup>. Do outro lado, dado que essa realização não se deu sem rugas, “nesta luta, a burguesia industrial lançará mão da pressão das massas urbanas, que haviam aumentado consideravelmente no período anterior” (MARINI, 2013, p. 57). Assim, gesta-se uma situação em que uma fração importante da classe trabalhadora torna-se aliada de um projeto da fração industrial do capital, pressionando a oligarquia para transformações na economia e no Estado que viabilizassem esse movimento<sup>27</sup>. Tal processo intensificava as contradições no campo e também impulsionava a migração de frações do proletariado para os centros urbanos, engrossando as fileiras de um exército industrial de reserva já inchado pelo caráter dependente da industrialização. Ademais, intensificava também as contradições entre a fração industrial e a latifundiária, como também as lutas camponesas, que ganhavam em qualidade organizativa e reivindicatória, ainda que em geral tenham se mantido, mesmo nos períodos mais radicalizados que antecederam o golpe empresarial-militar de 1964, e como é característico dessa classe, nos marcos de uma reforma agrária, uma proposta que não ultrapassava os limites da democracia burguesa.

A partir de 1945, com o final da segunda guerra mundial, intensifica-se também a entrada do capital estrangeiro, como mencionado acima, sob as mais diversas formas, levando à frente as fases subsequentes do processo de industrialização e reforçando o peso da classe capitalista estrangeira na luta de classes brasileira. Isso se dava tanto no que se referia aos seus próprios interesses quanto ao entrelaçamento desses interesses com a classe industrial brasileira, que se constituía como sua sócia local. Por outro lado, a estrutura do Estado se desenvolvia de maneira a dar impulso ao processo de industrialização, criando as condições econômicas para o seu movimento, tanto na forma de políticas fiscais, monetárias e cambiais, quanto com a constituição de empresas estatais, além das funções políticas que cumpre regularmente na luta de classes, e das funções específicas àquele período da industrialização pré-64<sup>28</sup>. A intensificação das lutas de classes tanto na região quanto em escala mundial<sup>29</sup>, produto do desenvolvimento capitalista em escala mundial nas condições de disputa com a potência soviética, dava o tom das lutas políticas do período<sup>30</sup>.

Assim, na visão de Marini (2013), o golpe de 1964 é expressão dessa radicalização das contradições e demarca, definitivamente, o fim da colaboração de classes erigida sobre a ilusão da revolução nacional-democrática de caráter anti-imperialista e antilatifundiária. Os setores dominantes do capital industrial nacional, aliados à oligarquia e ao capital estrangeiro, desferiram um golpe de morte tanto nos setores nacionalistas pequeno-burgueses radicalizados, que formavam a fração política representante desse movimento, quanto nas organizações operárias e camponesas com as quais estavam aliados esses setores, assim como na fração mais radicalizada da esquerda que asseverava a necessidade de um projeto socialista e de uma luta pela tomada do poder pelo proletariado, em aliança com os camponeses. É importante ressaltar que se é verdade que a perspectiva de uma “revolução burguesa nacional-democrática” era uma ilusão, de modo algum se poderia reduzir o movimento das massas a ideias e/ou teorias ditas ilusórias, mas apenas compreendê-lo enquanto momento da totalidade da constituição objetiva das condições materiais daquele período e das forças políticas que davam substância social à luta das classes.

O golpe militar assinala a virada definitiva para aquilo que Marini (2013) chama de subimperialismo, que coincide com uma reprodução do capital atrelada e subordinada à produção e ao mercado mundial. De fato, todas essas mudanças que até aqui discutimos possuem, ainda, o mesmo fio de continuidade: trata-se de um desenvolvimento capitalista regional particular, cujo ponto de dinamismo é essencialmente a reprodução mundial do capital, e cujos portadores eram, essencialmente, os capitais imperialistas e, depois de 1945, fundamentalmente o capital norte-americano.

O esgotamento do projeto desenvolvimentista e, com ele, do período de industrialização correspondente a um desenvolvimento mais intenso das forças produtivas na região, coincide com transformações qualitativas na produção capitalista em escala mundial. A reestruturação produtiva do capital em escala global se expressa não apenas como intensificação da exportação de capitais e da sua produção e circulação mundiais, mas também em alterações qualitativas da própria forma técnico-produtiva e das relações de produção específicas que incorporam tais transformações<sup>31</sup>. Assim, na abertura de uma nova fase de desenvolvimento capitalista baseada em novas relações de produção e em novas técnicas produtivas, a América Latina se encontrava em uma posição distinta daquela do período anterior, pois perdia posições relativas no que se referia à sua integração ao sistema mundial. Este, em larga medida, iria se direcionar para

a Ásia e, em especial, para a China<sup>32</sup>. A mundialização da produção e da circulação de mercadorias pressionava, em conjunto com a crise da dívida externa dos países latino-americanos herdada da fase anterior, uma transformação capitalista nas regiões dependentes latino-americanas que correspondesse à nova fase do capitalismo mundial. A análise de Marini a respeito do período da globalização, a nosso ver, acompanha esse processo histórico e, conforme queremos mostrar, suas indicações não se opõem à sua teorização anterior, mas, pelo contrário, constituem um aprofundamento destas.

### *A globalização do capital e seus reflexos políticos na América Latina*

O momento atual foi formado a partir de uma mudança de qualidade no processo mundial e local desse desenvolvimento<sup>33</sup>. Trata-se da inserção das economias latino-americanas em um mercado que se estrutura de maneira ainda mais radicalmente mundial, superando boa parte das fronteiras nacionais que antes constrangiam esse movimento – sem que isso suprima as particularidades nacionais. Esse processo histórico, vulgarmente conhecido como “globalização neoliberal”, corresponde a um reposicionamento das economias latino-americanas na divisão internacional do trabalho e na reprodução mundial do capital. A partir de Marini (2008), queremos indicar três marcos principais e articulados que indicam a mudança de qualidade que a globalização, fruto da crise capitalista que eclode com maior força na década de setenta, traz consigo: 1) uma reestruturação profunda da divisão internacional do trabalho (com respectivas consequências econômicas, políticas e sociais); 2) as transformações tecnológicas impulsionadas e condicionadas por esse processo – Marini (2008, p. 257-258) cita como exemplo a transformação na composição dos preços dos computadores, que passam a ter nos *softwares* seus elementos mais custosos<sup>34</sup>; 3) no âmbito regional, o esgotamento dos processos de industrialização latino-americanos que correspondiam a anterior divisão internacional do trabalho e sua transformação sob a nova configuração trazida pela globalização.

Marini (2017) assentava a dependência, do ponto de vista econômico, na incapacidade de transição para um eixo de acumulação baseado essencialmente na geração do mais-valor relativo, haja vista o baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas que se torna crônico nas economias dependentes. Isto engendrava um alto custo relativo da força de trabalho, assim como condicionava uma maior exploração do trabalhador para a acumulação de capital. No entanto, o processo denominado de globalização viria a alterar substantivamente as determinações da questão. Marini (2008, p. 247, tradução nossa) inicia seu último texto em vida apontando que a globalização:

[...] caracteriza-se pela superação progressiva das fronteiras nacionais no marco do mercado mundial, no que se refere às estruturas de produção, circulação e consumo de bens e serviços, assim como por alterar a geografia política e as relações internacionais, a organização social, as escalas de valores e as configurações ideológicas próprias de cada país.

Como resultado desse movimento, Marini (2008, p. 266, tradução nossa) aponta que “o mercado mundial, pelo menos em seus setores produtivos mais integrados, caminha assim no sentido de nivelar de maneira cada vez mais efetiva os valores e, segundo a tendência, a suprimir as diferenças nacionais que

afetam a vigência da lei do valor”. Para o autor, com a generalização da competição em escala global de maneira ainda mais veemente, impõe-se a necessidade de “*homogeneizar os processos produtivos e a igualar a produtividade do trabalho* e, por conseguinte, sua *intensidade*” (MARINI, 2008, p. 266, tradução nossa, itálicos do original). A supressão das diferenças nacionais que afetam a vigência da lei do valor dá à reprodução capitalista em escala global o aspecto de uma unidade, que não deixa de ser, todavia, constituída heterogeneamente, ou seja, sem que nela se dissolvam a condição de dependência (e tampouco elementos ainda mais particulares, como as diferentes condições salariais dos países). Trata-se de um novo momento do desenvolvimento capitalista, no qual a lei do valor se realiza a partir de determinações cada vez mais globais, o eixo de acumulação se torna mundial, e as diferenças que se apresentavam como antíteses externas – um eixo dependente de acumulação e um eixo imperialista – agora se articulam endogenamente no seu interior.

Retomando as palavras de Marini (2008, p. 268, tradução nossa), “a globalização corresponde a uma nova fase do capitalismo, na qual, pelo desenvolvimento redobrado das forças produtivas e sua difusão gradual em escala planetária, o mercado mundial chega a sua madureza, expressa na vigência cada vez mais acentuada da lei do valor”. Ou seja: cada vez mais a pobreza dos países dependentes é determinada por formas mais puras da reprodução capitalista, ao invés de barreiras exteriores impostas pelo menor nível de desenvolvimento das forças produtivas do capital em escala mundial<sup>35</sup>.

Isso não significa, entretanto, que cesse a atuação política das classes em escala global por meio da força dos Estados Nacionais, antes a situação aponta para a alteração das formas dessa atuação, a depender da posição em que essas classes se encontrem no terreno mundial. Assim, por exemplo, Smith (2016) avalia a relevância da exploração do trabalho nas economias dependentes para a acumulação global hoje, e mostra como a imposição política que bloqueia o livre movimento da força de trabalho no globo, ao lado da condição incompleta que caracteriza as economias dependentes, na prática cria um reservatório artificial de força de trabalho excedente<sup>36</sup>. Isso engrossa as fileiras do exército industrial de reserva das regiões subordinadas ao dinamismo imperialista e formando as condições para uma maior exploração do trabalho, como forma de contrabalancear as quedas da taxa de lucro. Como demonstra em seu trabalho, o período da globalização viu aumentar a fração da classe trabalhadora que se situa nas regiões periféricas, com corresponde incremento na mobilidade internacional dos capitais, ao mesmo tempo em que a fatia dos salários no produto global decresceu constantemente. Dessa maneira, a imbricação da generalização das formas econômicas capitalistas e da atuação política correspondente no terreno mundial continua a ser aspecto fundamental para a compreensão do período atual<sup>37</sup>.

O devir de uma acumulação em escala global generaliza as contradições ao acirrar, de um lado, a disputa intercapitalista que, por se realizar sobre bases produtivas cada vez mais desenvolvidas, defronta-se com a lei tendencial da queda da taxa de lucro. Do outro lado, cria-se um exército industrial de reserva global, que assegura a reprodução capitalista ao acirrar a concorrência entre os trabalhadores e provocar o rebaixamento geral dos salários. Ao mesmo tempo, intensificam-se as contradições que são particulares das economias dependentes, como a dependência tecnológica e a superexploração da força de trabalho. Para o capital, interessa sempre a maior extração possível de trabalho não pago e, sob essas condições, Marini

(2008, p. 267, tradução nossa) indica que tendencialmente “[...] se generaliza a todo o sistema, inclusive os centros avançados, o que era uma característica distintiva – ainda que não privativa – da economia dependente: a superexploração generalizada do trabalho”<sup>38</sup>.

Como indica Osorio (2013, p. 62-63), entendida a superexploração como violação do valor da força de trabalho, a possibilidade de que o capital, especialmente em tempos de crise, utilize-se desse expediente para recuperar suas taxas de acumulação sempre esteve posta. O que é necessário diferenciar é o papel que esse expediente joga nas diferentes economias, em particular, o papel que joga no interior das economias dependentes. Assim, Osorio (2013, p. 64), reforça que a superexploração tem relevância teórica específica para as economias dependentes por duas razões: por um lado, porque não se trata de expediente extraordinário para os períodos de crise, mas de uma forma fundamental de acumulação de capital das economias dependentes pelas características específicas que essas carregam (por exemplo, a orientação exportadora que prescinde de um pujante mercado interno). Pelo outro lado e articuladamente, porque a forma fundamental por meio da qual a superexploração se realiza nas economias dependentes é o assalto ao fundo de consumo da classe trabalhadora. Há que se situar historicamente, dessa forma, as condições específicas nas quais esse processo se realiza. No âmbito da globalização, entendemos, a partir de Smith (2016, p. 103), que a acumulação em escala mundial depende cada vez mais da força de trabalho situada em economias periféricas, especialmente nos setores produtores de valor e mais-valor, ao mesmo tempo em que a depressão dos salários se constitui em mecanismo fundamental dessa mesma acumulação, como mostra Smith (2016, p. 149).

Assim, a nova divisão internacional do trabalho, criada pelo período da globalização, acirra o fosso econômico e tecnológico entre as economias imperialistas e dependentes, aumenta a relevância da superexploração da força de trabalho nas economias dependentes para a acumulação global e cria as condições para um rebaixamento das condições de vida da classe trabalhadora também nas economias centrais.

A proletarianização de setores assalariados médios e dos pequenos produtores, em face da crescente abertura dos mercados nacionais, da informatização e da automatização cada vez mais agressiva dos processos produtivos, corroboram os apontamentos acima, inclusive pela inflexão do poder de barganha da classe trabalhadora nas próprias nações dominantes face à formação de bolsões de desempregados e precarizados, como analisa Antunes (2011). As seguidas crises, com a destruição de massas de valor e de valores de uso, acabam por impelir à maior exploração da classe trabalhadora também no centro, ao lado da maior internacionalização do capital e da produção, que por seu turno confronta o poder organizativo e mobilizador nacional dos trabalhadores.

O desenvolvimento do modo de produção capitalista gera dinâmicas que abalam as suas próprias condições de reprodução. Veja-se por exemplo, a partir do que foi apresentado, que o desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais em geral só pode se realizar com a dominação de classe elevada à condição universal, adjunto à criação de regiões periféricas especialmente empobrecidas.

O que há de distintivo no momento atual na América Latina, tendo feito essa recuperação do desenvolvimento capitalista a partir da teoria marxista da dependência é, a nosso ver, que o desenvolvimento

das forças produtivas capitalistas aparece, no momento da globalização, como regressão da diversidade da capacidade produtiva regional, justamente na medida em que esta se insere em uma situação mundial de reprodução do capital no interior da qual ocupa uma posição relativa mais especializada e dependente de uma realização externa do seu ciclo de valorização. A América Latina sempre figurou como região subordinada na reprodução do capital em sua expansão mundial, mas o movimento atual se distingue qualitativamente daquele ocorrido até o fim da fase de industrialização<sup>39</sup>. O desenvolvimento das forças produtivas capitalistas em escala mundial, no atual período histórico, manifestou-se como uma especialização produtiva na América Latina que tem um caráter regressivo. Essa tendência é expressa até mesmo politicamente pelas classes dominantes locais e aponta para a exasperação desses processos, e, portanto, para o acirramento das lutas de classes regionais, como expressão da mundialização capitalista que historicamente se efetivou. Marini (2008), apontava, ainda na década de 90, para o início desse processo que, hoje, trinta anos depois, está consolidado.

Ilustremos com alguns dados o que queremos dizer quando indicamos um caráter regressivo. Por exemplo, vejamos ILAESE (2019), que divulgou um extenso relatório sobre as condições da economia brasileira. Segundo o relatório, de 1995 até 2018 a participação do capital industrial (no sentido marxista, ou seja, aquele que produz valor e mais-valor, segundo a metodologia do instituto), diminuiu em aproximadamente 5%, de 36,22% para 31,08%, enquanto o setor comercial cresceu 4%, de 9,12% em 1995 para 13,19% em 2018. Com efeito, tal setor se beneficiou da globalização e foi responsável por fazer a mediação da enxurrada de mercadorias baratas que suprimiram em larga medida o antigo setor industrial. A indústria de transformação, particularmente, regrediu de 16,81% de participação na economia, em 1995, para 11,31% em 2018, com simultâneo incremento da indústria extrativa na composição do produto. Vale ainda a menção que de 1988 até 1998 ela havia regredido de 27,3% para 14%, portanto a medição que parte de 1995 já se encontra em um patamar inferior ao antigo. Fazendo referência ao acirramento da dependência tecnológica no período da globalização, queremos mencionar que a apropriação das cobranças por propriedade intelectual por parte das economias imperialistas atualmente remete a 98,8% dos valores pagos (BUCKLEY; MAJUMDAR, 2018).

Essa inserção da América Latina, em particular do Brasil, no atual estágio da economia mundial, cada vez mais dependente (novamente) da exportação de produtos primários, é, precisamos demarcar, qualitativamente distinta daquela que correspondia à primeira fase do desenvolvimento da economia dependente, pois corresponde às condições extremamente desenvolvidas do capital em escala mundial e da divisão internacional do trabalho, e não ao seu desenvolvimento ainda incipiente. Assim, por exemplo, os capitais inseridos nesses setores, hoje, de maneira alguma são desprovidos de capacidade tecnológica, o que aponta para a formação de uma economia capitalista mundial e para a generalização dos fluxos de capitais, tanto na forma de mercadorias quanto de propriedade – basta observar a capacidade técnica do agronegócio, fomentada pelo capital estrangeiro. Assim, se podemos falar em regressão da capacidade produtiva, referimo-nos essencialmente a uma maior especialização da América Latina na atual divisão internacional do trabalho, refletida também na alteração da composição dos setores industriais (em sentido marxiano) em sua economia.

A acumulação, tornada mundial, por sua vez, ao mesmo tempo em que impossibilita que façamos cisões demasiadamente rígidas entre eixos orientados pela maior exploração e eixos orientados pela extração de mais-valor relativo (considere-se a tendência à generalização de uma taxa mundial de lucro<sup>40</sup>), de modo algum suprime absolutamente as diferenças entre as distintas economias nacionais. Assim, o incremento tecnológico e da composição orgânica do capital em escala mundial se alia à dificuldade de se engendrar uma acumulação de capital fundamentada na extração de mais-valor relativo. Essa dificuldade é, justamente, um dos pilares da superexploração da força de trabalho: se essa dificuldade se expressa em escala mundial, então também se teria aí um fundamento para a generalização da superexploração da força de trabalho indicada por Marini (2008). Por sua vez, a exportação de fases inferiores da produção para as periferias e a concomitante supressão da migração da força de trabalho em escala mundial, como mostra Smith (2016), trabalham no sentido de manter o carregamento do grosso desse fardo nas economias dependentes.

### ***Considerações finais***

Assim, pensamos que a reflexão de Marini (2008) expressa em *Proceso y tendencias de la globalización* capitalista está orgânica e intimamente vinculada às suas formulações anteriores – logo, não está em contradição com elas –, e também se encontra em sintonia com o desenvolvimento histórico de seu objeto e suas transformações. Dessa forma, trata-se de um importante material por ele legado à Teoria Marxista da Dependência, cujas indicações jogam luz sobre a nossa condição atual e sobre o desenvolvimento da teoria de modo geral. Ao longo do texto, buscamos demonstrar esses vínculos partindo do próprio Marx e do imperialismo em Lenin (2012 [1917]), para então recuperarmos o desenvolvimento teórico de Marini e desembocarmos em sua fase final. Buscamos mostrar a integralidade de seu pensamento e os nexos internos entre os distintos momentos por ele analisados. Pensamos que se há diferença entre a análise de Marini na década de 90 e aquela por ele realizada vinte anos antes, essa distinção remonta, antes de tudo, à transformação histórica de seu próprio objeto, a saber, a economia capitalista.

Dessa forma, quanto ao momento atual, pensamos que a análise de Marini (2008) indicava os limites das correntes de viés social-liberal ou neodesenvolvimentista recentes (da primeira década dos anos 2000), que naufragaram. Essas estratégias, logo que enfrentaram uma crise, degeneraram em uma ofensiva conservadora da classe dominante, que rapidamente reuniu suas frações internas e reagiu em bloco de diferentes maneiras no continente, inclusive apoiada por frações das burguesias dos países imperialistas. Isso levou a uma rápida degradação da condição dos trabalhadores, mediante o aprofundamento da ofensiva econômica do capital, como no Peru, Argentina, Chile e Colômbia. Em outros casos, as classes dominantes efetuaram golpes de Estado, sob diferentes formas e com variados conteúdos, como no Paraguai, Brasil e Bolívia, pois a ofensiva requereu, inclusive, rupturas com a forma política vigente.

Quanto mais débil a fração local da classe dominante, dada a sua subordinação aos ditames da economia mundial, tão mais feroz a sua reação frente aos momentos descendentes da oscilação da taxa de lucro. Nesse contexto, de concorrência global e queda abrupta da lucratividade, até os tênues projetos de



diminuição das desigualdades sociais passaram a ser percebidos como ameaças reais à dominação. E a médio ou longo prazo, de fato não figuram como verdadeira opção à classe trabalhadora latino-americana.

Logo, o acirramento dos conflitos de classe se dá, hoje, sobre um terreno no qual a reprodução capitalista está cada vez mais mundializada, e cuja forma aponta para um período de intensas contradições, em especial na região latino-americana. A construção de um projeto radical de transformação social por parte das classes exploradas na América Latina, haja vista o esgotamento objetivo das condições de realização de quaisquer tipos de projetos políticos que visem conciliar as esferas do capital e do trabalho, constitui-se como uma necessidade. O conhecimento das circunstâncias nas quais se dá esse movimento é momento da construção desse projeto e com isso quisemos contribuir.

### **Referências:**

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. São Paulo: Cortez, 2011.

BAGU, Sergio. **Economia de La Sociedad Colonial**: ensayo de historia comparada de America Latina. El Ateneo: Buenos Aires, 1949.

BAMBIRRA, Vânia. **O capitalismo dependente latino-americano** [1972]. Florianópolis: Insular, 2013.

BREDA, Diógenes Moura. **Revolução científico-técnica e divisão internacional do trabalho**: elementos para a análise da dependência tecnológica na América Latina. Monografia (Graduação em Economia) – Centro Sócio Econômico, Curso de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Santa Catarina, 91 p., 2011.

BREDA, Diógenes Moura. **Dependencia tecnológica y reproducción del capital** : América Latina en el paradigma electroinformático. Orientador: Jaime Sebastián Urbina Osória. 227p. Dissertação (mestrado em Estudos Latino-Americanos) – Universidad Nacional Autónoma de México: Cidade do México, 2015.

BUCKLEY, Patricia; MAJUMDAR, Rumki. The services powerhouse: Increasingly vital to world economic growth. **Deloitte**, 2018. Disponível em: <https://www2.deloitte.com/us/en/insights/economy/issues-by-the-numbers/trade-in-services-economy-growth.html>. Acesso em: 11 fev. 2022.

CARCANHOLO, Marcelo. (Im)precisões sobre a categoria superexploração da força de trabalho In: IPEA: **Desenvolvimento e dependência**: cátedra Ruy Mauro Marini. Brasília, 2013. p. 71-97.

CARCHEDI, Guglielmo; ROBERTS; Michael. The long roots of the present crisis: Keynesians, Austrians, Marx's Law. In: \_\_\_\_\_ (ed.). **World in crisis**: a global analysis of Marx's law of profitability. Chicago: Haymarket Books, 2018. p. 21-44.

DOS SANTOS, Theotônio. A teoria da dependência – balanços e perspectivas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

DOS SANTOS, Theotônio. **Socialismo ou fascismo**: o novo caráter da dependência e o dilema latino-americano [1969]. Florianópolis: Insular, 2020.

ILAESE. Anuário Estatístico do ILAESE: Trabalho & Exploração, o mapa da exploração dos trabalhadores no Brasil. São Paulo: ILAESE, 2019.

LEITE, Leonardo de Magalhães. **O capital no mundo e o mundo do capital**: uma reinterpretação do imperialismo a partir da Teoria do Valor de Marx. Orientador: Marcelo Dias Carcanholo. 352p. Tese (doutorado em Economia) – Universidade Federal Fluminense: Niterói, 2017.

LENIN, Vladimir Ilich. O Imperialismo, fase superior do capitalismo [1917]. **Germinar**: marxismo e educação em debate, Salvador, v. 4, n. 1, p. 144-224, jun. 2012.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

- MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. *Germinar: marxismo e educação em debate*, Salvador, v. 9, n. 3, p. 325-356, dez. 2017.
- MARINI, Ruy Mauro. Proceso y tendencias de la globalización capitalista [1997]. In: \_\_\_\_\_. **América Latina, dependencia y globalización: fundamentos conceptuales** Ruy Mauro Marini. Bogotá: Siglo del Hombre; CLACSO, 2008.
- MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e revolução** [1969]. Florianópolis: Insular, 2013.
- MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro I: o processo de produção do capital [1867]. São Paulo: Boitempo, 2013 (E-book). (Coleção Marx e Engels).
- MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro III: o processo global da produção capitalista [1894]. São Paulo: Boitempo, 2017 (E-book). (Coleção Marx e Engels).
- MARX, Karl. **O capital: livro I capítulo VI** (inédito) 1ª. edição [1863-1866]. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas Ltda., 1978.
- MARTINS, Carlos Eduardo. **A teoria marxista da dependência à luz de Marx e do capitalismo contemporâneo**. *Caderno CRH, Salvador*, 31.84, 2018.
- OSORIO, Jaime. **Sobre dialéctica, superexplotación y dependencia: notas acerca de Dialéctica de la dependencia**. *Argumentos*, México, n. 72, p. 57-73, mayo/agosto, 2013.
- ROBERTS, Michael. A world rate of profit: a new approach. **The Next Recession**, 2020. Disponível em: <https://thenextrecession.wordpress.com/2020/07/25/a-world-rate-of-profit-a-new-approach/>. Acesso em: 11 fev. 2022.
- ROBERTS, Michael. HM1 – Marx’s double-edge law. **The Next Recession**, 2019. Disponível em: <https://thenextrecession.wordpress.com/2019/11/11/hm1-marxs-double-edge-law/>. Acesso em: 11 fev. 2022.
- SMITH, John. **Imperialism in the Twenty-First Century: the globalization of production, super-exploitation, and the crisis of capitalism**. Nova York: Monthly Review Press, 2016.

---

## Notas

<sup>1</sup> Mestre em Tecnologia e Sociedade (UTFPR) e bacharel em Comércio Exterior (FESP). Doutorando no Programa de Pós-graduação em Tecnologia e Sociedade (PPGTE) da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Pesquisador do grupo Ciências Humanas, Tecnologia e Sociedade (CHTS/UTFPR). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2906085362552229>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3354-8772>. E-mail: [wlepinski@gmail.com](mailto:wlepinski@gmail.com).

<sup>2</sup> Mestre em Tecnologia e Sociedade (UTFPR) e graduado em Engenharia de Computação pela mesma instituição. Doutorando no Programa de Pós-graduação em Tecnologia e Sociedade (PPGTE) da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Pesquisador do grupo Trabalho, Tecnologia e Capitalismo Digital (UTFPR). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1949433849368661>. Orcid: <https://orcid.org/my-orcid?orcid=0000-0002-7282-0804>. E-mail: [barcat@alunos.utfpr.edu.br](mailto:barcat@alunos.utfpr.edu.br).

<sup>3</sup> Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo (USP). Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade (PPGTE) da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Pesquisador dos grupos: Ciências Humanas, Tecnologia e Sociedade (CHTS/UTFPR); Grupo de Estudos e Pesquisas em Trabalho, Educação e Tecnologia (GETET/UTFPR). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5344824750599654>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6610-7909>. E-mail: [marioamorim@utfpr.edu.br](mailto:marioamorim@utfpr.edu.br).

<sup>4</sup> Doutor em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professor Associado do Departamento Acadêmico de Filosofia e Ciências Humanas (DAFCH) e do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade (PPGTE) da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Pesquisador dos grupos: Ciências Humanas, Tecnologia e Sociedade (CHTS/UTFPR); Trabalho, Tecnologia e Capitalismo Digital (UTFPR); Mundo do Trabalho e suas Metamorfoses (Unicamp). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7135334473333438>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1347-2173>. E-mail: [geraldaoagustopinto@gmail.com](mailto:geraldaoagustopinto@gmail.com).

<sup>5</sup> Para um panorama geral das controvérsias acerca da obra de Marini, especialmente daquelas que foram geradas a partir de *Proceso y tendencias de la globalización capitalista*, ver: (MARTINS, 2018). Em Carcanholo (2013), encontramos uma defesa da superexploração como categoria específica das economias dependentes e oriunda, essencialmente, das relações desiguais formadas em âmbito mundial que implicam em transferências de valor destas para as economias imperialistas. Osório (2013), situa a questão da superexploração no interior da discussão a respeito das formas de acumulação de capital existente nas diferentes economias,

ênfatisando que a superexploração exerce um papel mais acentuado e central nas economias dependentes, especialmente sob a forma do assalto ao fundo de consumo da classe trabalhadora. Isso corresponde à forma dependente da acumulação de capital, mas a superexploração também estaria presente na economia capitalista como um todo, fazendo-se sentir nas economias centrais especialmente em períodos de crise. Pode-se dizer que os autores possuem concepções distintas a respeito da categoria da superexploração da força de trabalho: em Carcanholo (2013), ela é mais fortemente relacionada às transferências de valor em escala global, já em Osório (2013) a categoria se encontra mais vinculada ao pagamento da força de trabalho abaixo de seu valor nas suas diversas formas e à inserção dessa forma de extração de mais-valor no interior do processo de acumulação de capital. Aproximamos, aqui, da perspectiva de Osório (2013).

6 Nas palavras de Marx (1978 [1863-1866], p. 32), de uma passagem do que ficou conhecido como *Capítulo VI Inédito*: “o produto do processo de produção capitalista não é simplesmente *produto* (valor de uso), nem simples *mercadoria*, isto é, produto que tem valor de troca; seu *produto específico* é a *mais-valia*. Seu produto são *mercadorias* que possuem mais valor de troca, isto é, que representam mais trabalho do que o adiantado para sua produção sob forma de dinheiro ou mercadorias. No processo capitalista de produção o *processo de trabalho* só se manifesta como *meio*; o *processo de valorização* ou a *produção de mais-valia* como fim”.

7 Segundo Marx (1978 [1863-1866], p. 55), “as forças produtivas *sociais* do trabalho, ou as forças produtivas do trabalho diretamente *social, socializado* (coletivizado) por força da cooperação; a divisão do trabalho na oficina, a aplicação da *maquinaria*, e em geral a transformação do processo produtivo em *aplicação* consciente das ciências naturais, mecânica, química etc., para fins determinados, a *tecnologia* etc., assim como os *trabalhos em grande escala* correspondentes a tudo isso (só este trabalho socializado está em condições de utilizar no processo *imediate* de produção os produtos *gerais* do desenvolvimento humano, como a matemática etc., assim como, por outro lado, o desenvolvimento dessas ciências pressupõe determinado nível do processo material de produção); esse desenvolvimento da força produtiva do *trabalho objetivado*, por oposição ao trabalho mais ou menos isolado dos indivíduos dispersos etc., e com ele a *aplicação da ciência* – esse produto *geral* do desenvolvimento social – ao *processo imediato de produção*; tudo isso se apresenta como *força produtiva do capital*, não como força produtiva do trabalho, ou como força produtiva do trabalho apenas na medida em que este é idêntico ao capital, e em todo caso nunca como força produtiva quer do operário individual, quer dos operários associados no processo de produção”.

8 “Para o capital [...]”, salienta Marx (1978, p. 79), “[...] cada ramo particular da produção não é mais do que uma esfera particular em que investe dinheiro para o converter em mais dinheiro, para conservar e aumentar o valor existente ou para apropriar-se do *trabalho excedente*. Em cada esfera particular de produção é diferente o processo de trabalho, e também o são os fatores desse processo. [...]. O capital, em si mesmo, é indiferente em relação à *particularidade* de cada esfera de produção, e só a maior ou menor dificuldade na venda das mercadorias deste ou daquele ramo produtivo determinará onde aquele será investido, como se investe e em que medida passará de uma esfera a outra da produção ou se modificará a sua distribuição entre os diferentes ramos produtivos”.

9 Nesse quesito, vemos em Marx (2017 [1894], p. 393) que em relação ao modo de produção capitalista: “sua missão histórica é o desenvolvimento implacável, em progressão geométrica, da produtividade do trabalho humano. Mas ele trai essa missão histórica quando, como ocorre neste caso, opõe-se ao desenvolvimento da produtividade, freando-a. Com isso, ele só demonstra que esse modo de produção está decrépito e cada vez mais próximo de desaparecer”.

10 Ver Roberts e Carchedi (2018). Os capítulos deste livro tratam da lei de maneira empírica, seja em uma análise mais geral, seja priorizando um país ou região específica. Em um dos capítulos, Roberts e Carchedi (2018, p. 25) mostram que, de 1963 até 1975, a taxa de lucro das sete principais economias mundiais caiu 45%, assim como também caiu vertiginosamente a taxa de lucro mundial. Ver também Roberts (2019), para uma análise desse movimento no que se refere aos ciclos periódicos, e Roberts (2020) para uma visão histórica panorâmica do processo. Esses elementos empíricos aparecerão na nossa argumentação subsequente, por ora apenas os indicamos: para nós, a tendência histórica à queda da taxa de lucro é, além de teoricamente justificada desde Marx, um fenômeno empiricamente atestado.

11 Se, por um lado, o tempo de trabalho necessário para a reprodução da classe trabalhadora está dado pelas condições sociais de produção e pelas necessidades históricas de reprodução dessa classe, pelo outro o tempo de trabalho excedente que podem realizar só é limitado, segundo Marx (2013 [1867], p. 339-340), pela “[...] limitação física da força de trabalho [...]” e por “[...] limites morais que impedem o prolongamento da jornada de trabalho”, os quais, vale ressaltar, “[...] são de natureza muito elástica e permitem as mais amplas variações”.

12 Desenvolvimento que, embora possua determinações gerais comuns, é crivado por heterogeneidades, conforme mostra Bambera (2013 [1972]). Em nosso texto, ao tratarmos do desenvolvimento capitalista na América Latina, nos referimos principalmente àqueles casos em que houve uma penetração maior da industrialização, e, portanto, de elementos da produção especificamente capitalista, conforme Marx. Bambera (2013 [1972]) situa esses países como “tipo A”, por exemplo: Brasil, Argentina e México.

13 Ver, por exemplo, Dos Santos (2000) para uma recuperação histórica tanto do desenvolvimento teórico da Teoria da Dependência, em particular a marxista, quanto das bases sociais objetivas sobre as quais ele se desdobrou.

14 Ver Marx (2013 [1867]), capítulo 24.

15 Ver Bagu (1949), para uma discussão mais aprofundada do tema.

16 Vale reforçar que o desenvolvimento latino-americano é internamente heterogêneo, ainda que possua determinações gerais comuns, às quais aqui nos referimos. Para um tratamento dessa heterogeneidade, ver Bambera (2013). Em nosso texto, quando tratamos do desenvolvimento capitalista na América Latina, referimo-nos principalmente àqueles casos onde ele foi mais avançado. Bambera (2013) situa esses países como “tipo A”, por exemplo, Brasil, Argentina e México. Quanto mais avançarmos na discussão, tanto mais trataremos especificamente do caso brasileiro, dadas as diferenças concretas do movimento, ainda que nos reframos ao que ele guarda em comum com os demais países da região.

17 “A inserção da América Latina na economia capitalista responde às exigências da passagem para a produção de mais-valia relativa nos países industriais. Esta é entendida como uma forma de exploração do trabalho assalariado que, fundamentalmente com base na transformação das condições técnicas de produção, resulta da desvalorização real da força de trabalho” (MARINI, 2017, p. 328).

18 Ver Marx (2013 [1867]). A mais-valia é a forma capitalista de extração do trabalho excedente, e é possibilitada pelo fato de que, no modo de produção capitalista, a força de trabalho se torna uma mercadoria cujo valor de uso é produzir valor novo, enquanto seu valor de troca é expressão do tempo de trabalho socialmente necessário para a sua reprodução. O seu valor de troca, assim, é menor do que o valor produzido pelo trabalho no interior do processo produtivo, na medida em que o trabalho seja realizado durante um período de tempo maior do que aquele que seria necessário para apenas repor seus custos. A mais-valia gerada por meio do prolongamento da jornada de trabalho para além dos limites da mera reprodução da força de trabalho é chamada por Marx de “mais-valia absoluta”, enquanto que a mais-valia formada pela redução dos custos reais da força de trabalho, por meio do barateamento das mercadorias consumidas pela classe trabalhadora, diminuindo assim o tempo de trabalho necessário para reproduzi-la, é por ele denominada de “mais-valia relativa”. Com efeito, não apenas de aumento de produtividade realizou-se essa transição nas economias imperialistas, mas também pela extração sistemática, ao longo de séculos, de riquezas das colônias e, depois, por meio do comércio exterior, do valor produzido pelas economias dependentes primário-exportadoras, argumenta Marini (2017).

19 “Nesse sentido, podem ser encontradas em meu ensaio indicações que, ainda que notoriamente insuficientes, permitem vislumbrar o problema de fundo que a teoria marxista da dependência está chamada a enfrentar: o fato de que as condições criadas pela superexploração do trabalho na economia dependente tendem a obstaculizar seu trânsito desde a produção da mais-valia absoluta à mais-valia relativa, enquanto forma dominante nas relações entre capital e trabalho” (MARINI, 2017, p. 352).

20 Marini (2017), mostra esse fenômeno a partir da discussão de Marx (2017 [1894]), sobre a formação dos preços de produção. Implícito nessa sua análise estava, dessa maneira, o pressuposto de que, no comércio exterior, havia uma tendência à formação de uma taxa média de lucro, o que aparecia para os capitalistas primário-exportadores como uma perda de valor, pois suas mercadorias eram produzidas por capitais de menor composição orgânica e, dessa maneira, continham em si maior *quantum* relativo de trabalho vivo. Para uma discussão aprofundada das determinações gerais do imperialismo, que contém também as questões aqui por nós mencionadas, e uma revisão e aprofundamento da teoria marxista da dependência, ver Leite (2017).

21 Estamos de acordo com a sugestão de Marcelo Carcanholo, em IPEA (2013, p. 75), de que o termo “superexploração da força de trabalho” é mais adequado para o tratamento da questão. Empregaremos, daqui em diante, se necessário, este termo.

22 Ver Marini (2017) sobre a especificidade do ciclo do capital na economia dependente.

23 Ver Breda (2011) para uma análise do aspecto tecnológico-científico da dependência.

24 Esse parágrafo congrega, essencialmente, as análises de Marini (2013; 2017).

25 O subimperialismo era apenas expressão de uma maior integração das economias latino-americanas industrializadas ao modo de produção capitalista mundial, e da intensificação do caráter dependente desse desenvolvimento regional particular.

26 Este tema suscita uma discussão historiográfica que aqui não podemos adentrar, apenas recuperamos a posição de Marini (2013), em *Subdesenvolvimento e Revolução*.

27 Frações mais radicalizadas à esquerda foram suprimidas pela atuação do Estado Novo em 1937, enquanto este estabelecia “um esquema particular de relações com o proletariado. Neste esquema, o proletariado será beneficiado por toda uma série de concessões sociais (concretizadas sobretudo na legislação trabalhista do Estado Novo) e, por outro lado, será enquadrado em uma organização sindical rígida, que o subordina ao Governo dentro de um modelo de tipo corporativista”. Ver Marini (2013, p. 66-67) para uma discussão do movimento político do período.

28 Ver principalmente, a esse respeito, o capítulo II em Marini (2013).

29 Por exemplo, a revolução chinesa de 1949, a revolução cubana de 1959, os conflitos na África e na Ásia, etc.

30 Assim, por exemplo, os partidos comunistas de base stalinista atuavam sob a concepção de uma estratégia de aliança com a burguesia nacional contra o imperialismo e o latifúndio, em prol de uma suposta revolução burguesa democrática ainda por se realizar. Essa estratégia foi decisiva para a derrota da classe operária imposta pelo golpe militar de 1964, pois atrelava o movimento operário à conciliação de classes em oposição à constituição de um projeto de poder próprio. A destituição de seus aliados, realizada com o golpe e a perseguição subsequente, que se desdobraria em terrorismo de Estado a partir de 1968, destruiu não apenas ideologicamente o movimento, ao demolir as bases ilusórias que sustentavam a conciliação, mas sua destruição política coincidiu em muitos casos com a eliminação física da militância de esquerda e/ou com sua expulsão do país. A esse respeito ver Marini (2013).

31 Para uma análise dessas transformações, ver Antunes (2011). Para uma análise extensiva, ainda que com possíveis limitações (por exemplo, o tratamento da formação de uma taxa geral mundial de lucro), desse período específico da economia capitalista mundial, ver Mandel (1985). Para uma crítica a essa limitação em Mandel, checar Leite (2017, p. 90).

32 Smith (2016) busca sistematizar as determinações específicas do imperialismo no século XXI. Interessa-nos aqui comentar que tal integração asiática é igualmente expressão do desenvolvimento do capital em escala global, representada essencialmente pelos capitais imperialistas. Basta averiguar a situação da classe trabalhadora nessas regiões para se desfazer qualquer ilusão a esse respeito, e a contradição entre classes dominantes de nações distintas e no sistema mundial capitalista não altera em nada a qualidade do processo.

33 De um lado, a crise da economia mundial, e do outro, a ela vinculada, a crise do processo de industrialização latino-americano, cujo movimento dependeu das ditaduras militares impostas pela classe empresarial, analisado por Dos Santos (2020), Marini (2013) e Bambirra (2013).

34 Indicamos os trabalhos de Breda (2011) e Breda (2015) sobre o tema.

35 As transferências de valor se expressam, cada vez mais, na sua pura forma capitalista, na medida em que são expressão da formação de uma taxa mundial de lucro que está para além das barreiras nacionais, cuja formação é tendencial. A formação de uma taxa média de lucro mundial implica que, cada vez mais, o capital particular retira da circulação uma parcela alíquota do mais-valor produzido não apenas pela classe trabalhadora nacional que subordina, mas do mais-valor produzido globalmente.

36 “Ao desenraizar centenas de milhões de trabalhadores e camponeses nas nações do sul global de seus vínculos à terra e aos seus trabalhos em indústrias nacionais protegidas, o capitalismo neoliberal acelerou a expansão de uma larga reserva de trabalho superexplorável. A supressão do seu livre movimento através das fronteiras interagiu com essa oferta enormemente incrementada [de força de trabalho] e produziu um dramático alargamento no diferencial salarial entre nações industrializadas e em aquelas em desenvolvimento, vastamente excedendo o diferencial de preços em todos os outros mercados globais” (SMITH, 2016, p. 188, tradução nossa).

37 Quanto a esses aspectos ver, principalmente, Smith (2016), capítulos quarto e quinto.

38 Como vimos acima, contudo, isso não significa que as diferenças se dissipem em uma homogeneização total, ao contrário, aumenta a parcela da força de trabalho mundial localizada nas periferias e superexplorada. Esse mesmo movimento, contudo, contribui para a perda de força da organização da classe trabalhadora nas economias centrais e para o rebaixamento de suas condições de vida.

39 Podemos também notar como o esgotamento do ciclo de acumulação de capital até 2010 criou as condições para a imensa crise pela qual passa hoje o Brasil.

40 Ver, novamente, Leite (2017, p. 90), por exemplo, para um tratamento da questão da formação tendencial de uma taxa geral mundial de lucro. Observar também em Roberts (2020) a diminuição da diferença relativa das taxas de lucro das economias imperialistas em relação às economias dependentes.

Recebido em: 14 de fev. 2022

Aprovado em: 20 de abr. 2022